

NUDLER, OSCAR (ORG.). *LA RACIONALIDAD: SU PODER Y SUS LÍMITES*. BUENOS AIRES / BARCELONA / MÉXICO: PAIDÓS, 1996. 504 P.

Esta obra contém ensaios de filósofos de universidades da Argentina, dos Estados Unidos, México, Espanha, Israel, Tenerife e Brasil sobre a questão da racionalidade das crenças e ações, discutida no Segundo Colóquio Bariloche de Filosofia realizado em 1994 e coordenado por Oscar Nudler, um dos ensaístas. Pode-se identificar quatro eixos básicos em torno aos quais a questão da racionalidade é aí explorada: em que consiste a racionalidade clássica, seus alcances e limites; como distinguir entre ações racionais e irracionais; a racionalidade científica; a racionalidade sob padrões de argumentação e níveis de reflexão específicos – como a metaética, teorias políticas e práxis histórica. O interesse e representatividade dos problemas e textos selecionados fazem dessa coletânea um marco para os estudos e discussões da questão da racionalidade, o grande veio alimentador e perturbador que perpassa o subsolo das indagações epistemológicas contemporâneas.

Além do interesse próprio que cada artigo exhibe, a própria estruturação da obra fornece um guia para nos movermos no horizonte contemporâneo de tal problemática. Em particular, a Introdução à mesma feita por Nudler fornece, além da apresentação aos artigos e autores que perfazem a obra, um quadro claro e sumarizado desse horizonte, tornando-se, por si só, uma peça instrutiva de grande utilidade. A rigor, se não fossem as limitações de espaço, nada mais indicado do que uma tradução do próprio comentário introdutório de Nudler para resenhar o trabalho que organizou. Não sendo isso possível, resta apenas tomá-lo como guia para a resenha a seguir apresentada, buscando reproduzi-lo dentro dos limites de que dispomos.

Como assinala Nudler em sua Introdução, no pensamento contemporâneo, diversamente do que acontece na filosofia grega e, de modo culminante, na filosofia moderna, a pergunta pela natureza da racionalidade não recebe uma resposta única. A proliferação de qualificativos que exhibe indica, segundo Nudler, que tal noção continua “ativa”, atraente. Outros vêem nisso sintoma de crise da racionalidade ou de sua chamada concepção clássica. Então, a primeira questão que se impõe é a de esquadriñar **em que consiste a racionalidade clássica** – o que começa a ser feito na secção I. *A razão e suas falências*.

Tradicionalmente, o elemento central da concepção clássica de

racionalidade está em vê-la como um operar segundo regras lógicas de validade universal. Fernando Broncano (As dimensões da racionalidade) abre a secção I fornecendo um resumo da problemática da racionalidade e das dificuldades desse modo de vê-la, buscando compatibilizar o modelo de racionalidade da teoria da decisão com uma descrição empírica de como raciocinamos e dos erros que habitualmente cometemos, propondo uma concepção de racionalidade como um *sistema de controle* da informação desenvolvido evolutivamente. Também Antoni Gomila Benejam (Evolução e racionalidade limitada) toma um enfoque experimental e evolutivo, mas, onde outros vêem deficiências em nossa capacidade de raciocinar, vê uma capacidade inferencial sensível ao contexto. Finaliza essa secção um artigo de Alicia Gianella (As explicações homunculares da racionalidade), onde propõe uma explicação da irracionalidade das condutas que inclui a postulação de agentes *homunculares* (como em Dennett, Glymour e Davidson) e avalia seu poder explicativo.

A seguir, cabe o exame das críticas também clássicas à concepção clássica de racionalidade. Esse exame tem lugar na secção II. *O desafio cético*, o que permitirá divisar, na secção III. *Racionalidade, objetividade, conhecimento*, as bases comuns tanto à concepção clássica de racionalidade como às suas críticas clássicas. De acordo com a concepção clássica, uma das vantagens de operar racionalmente é a possibilidade de alcançar um conhecimento objetivo da realidade. Assim, racionalidade, objetividade e verdade, como bem o aponta Nudler, estão intimamente relacionadas na concepção clássica. O ceticismo, valendo-se de uma argumentação racional rigorosa, questiona essa relação e sua idéia central de verdade como correspondência. O cético mostra que, quando corretamente aplicada, a razão leva a concluir pela impossibilidade de conceder às nossas crenças o estatuto de "objetivamente verdadeiras". Embora não esgote o teor das críticas à concepção clássica de racionalidade, os artigos que constituem a secção II examinam as questões centrais relativas àquela impossibilidade alegada pelo cético. Outras críticas receberão acolhida na secção VI. *Racionalidade na ciência: propostas e críticas*.

A secção II abre com o artigo de Oswaldo Porchat Pereira (Verdade, realismo e racionalidade cética), que começa analisando as dificuldades colocadas pela racionalidade ao realismo metafísico e à noção de verdade como correspondência e conclui mostrando ser possível ao cético, apesar da crítica que faz, preservar a noção de verdade como correspondência e a perspectiva realista do senso comum na esfera fenomênica. Os dois artigos que seguem defendem o ceticismo contra a crítica de auto-refutação que lhe é freqüentemente feita. Ezequiel de Olazo (Racionalidade e ceticismo) defende-o de tal crítica, quando essa imputa à crítica feita pelo próprio cético o valer-se dos mesmos cânones

do conhecimento criticado. O cético não incorre, segundo Olazo, em auto-refutação porque argumenta *ad hominem*, sem comprometer-se com aqueles cânones, que são por ele admitidos apenas para o fim da argumentação. Plínio Junqueira Smith (Terapia e vida comum) examina a crítica de auto-refutação imputada ao ceticismo pelo fato de que sua "terapia" reproduziria o caráter excludente, necessário e universal de todo o discurso dogmático. Junqueira defende o cético propondo uma concepção de terapia restrita ao próprio sujeito que se "cura" e, assim, propondo a concepção de uma racionalidade particular. O último artigo da secção é o de Manuel Liz (As variedades do ceticismo), onde o autor analisa os diversos tipos de ceticismo e coloca-se a favor daqueles que não negam o conhecimento em geral, mas apenas a possibilidade de sua existência em certos campos, permitindo uma revisão das crenças, bem como a defesa da racionalidade do conhecimento científico e da concepção tradicional de objetividade.

O solo próprio para a fecundação da concepção clássica de racionalidade e de suas críticas vê-se representado pelas problematizações que são examinadas na secção III. *Racionalidade, objetividade e conhecimento*. Nessa secção, Ernesto Sosa (Objetividade normativa) examina uma dessas questões básicas: a oposição objetivismo / relativismo, refutando ao segundo e colocando-se a favor do primeiro. No artigo seguinte, Oscar Nudler (A racionalidade e as três forças do universo epistêmico) analisa três posturas clássicas e seus discursos característicos frente à questão da racionalidade de nossas crenças: o fundamentalismo, o coerentismo e o pragmatismo, propondo que se as considere como estratégias epistêmicas complementares. Mas, certamente, todas as problematizações a respeito de um ou de outro modo roçam a questão da capacidade humana de auto-conhecimento como requisito para a racionalidade, que tem de haver-se consigo mesma. Marcelo Sabatés (Auto-conhecimento, racionalidade e conteúdo mental) toma a tarefa dessa análise, posicionando-se contra argumentos externalistas e relacionistas e defendendo uma noção de auto-conhecimento compatível com os requisitos da racionalidade e baseada num modo privilegiado de entender o acesso a nossos próprios conteúdos mentais. Finalizando essa secção, em que prevalece um certo interesse em preservar a abordagem do solo de indagações que pressupõe a vantagem da racionalidade, David Sosa critica o externalismo porque esse, não satisfaz a condição mínima da racionalidade, que é a da coerência de nossas crenças.

Mas uma concepção e críticas da racionalidade, supondo padrões tão estritos, fariam jus a todas as expressões mais representativas do pensamento moderno? Em sua secção V. *A racionalidade no pensamento clássico*, os artigos de Marcelo Dascal (A balança da razão) e o de Leiser Mandanes (*Recta ratio* e arbitrariedade na filosofia política de Hobbes)

nos levam a reexaminar esse ponto. Dascal permite ver, no pensamento de Leibniz, além do modelo algorítmico da razão como cálculo, uma concepção mais *soft* de razão como balança que inclina, sem necessitar. O artigo de Madanes nos faz pensar como os limites entre racional e arbitrário, mesmo no pensamento clássico, já podem revelar-se problematizados. O autor examina como Hobbes, paradoxalmente, mostraria a racionalidade implicada nas tomadas de decisão arbitrárias por parte de um poder soberano.

Como Nudler destaca, é no âmbito da teoria da decisão que o ideal clássico tal como antes descrito parece mostrar-se mais inadequado. Apresenta-se, pois, a racionalidade no âmbito da ação como outro grande eixo de questionamento: **como distinguir entre ações racionais e irracionais?** Esse questionamento é desenvolvido, em particular, na seção IV. *Racionalidade, ação e decisão*. A seção IV inicia com a pergunta de Donald Davidson (Pode haver uma ciência da racionalidade?) acerca da possibilidade de uma ciência do comportamento racional, à qual o autor responde afirmativamente, à luz da teoria Unificada da Linguagem e da Ação, embora examinando seus alcances e limites. Já Horacio Arló Costa (Racionalidade e teoria da ação: é a teoria evidencial da decisão uma teoria da racionalidade mínima?) tenta rebater a pretensa minimalidade e neutralidade psicológica da teoria da decisão racional atribuída a Ramsey e desenvolvida por Savage, examinando essa teoria face a duas variantes da tese da correlação entre desejos e crenças, a de Lewis e a de Price, concluindo que ambas são incompatíveis com a teoria da decisão. As noções de decisão, racionalidade e determinismo são examinadas por Francisco Naishtat (O lugar da decisão na ação racional: da decisão como desejo, cálculo, ato) desde o ponto de vista da eleição de fins como assunto de decisão para um agente, como enfoque prévio ao enfoque formal das teorias matemáticas da decisão. No terreno dos fins do agente, a racionalidade não pode operar com a forma do cálculo, nem suas operações podem ser exclusivamente dedutivas. Pode-se, então, perguntar se a racionalidade intervém, de algum modo, na determinação das decisões. O autor analisa as respostas tentadas pela fenomenologia da subjetividade prática (Paul Ricouer), ética e filosofia da ação. A racionalidade da ação apresenta problemas particulares e Ricardo Mailandi (Cinco teses sobre a racionalidade da ação) examina, em especial, o papel do conflito tanto em relação à razão teórica como à prática e na relação entre a última e a razão instrumental.

As seções VI. *Racionalidade na ciência: propostas e perspectivas*, VII. *Racionalidade e argumentação metaética* e VIII. *Racionalidade e história das idéias* podem ser vistas como tratando de desdobramentos tão importantes dos questionamentos anteriores que, apesar de seu âmbito mais restrito de interesses e aplicações, ganham o *status* de marcos

referenciais na problematização contemporânea da racionalidade. Antes de nos determos em suas especificidades, cabe divisar o quadro geral que Nudler nos auxilia a ver. A tematização de fatores intervenientes na esfera da racionalidade da ação, onde entram em jogo situação, interesses, propósitos etc. serviram para alimentar tanto a crítica à concepção clássica de racionalidade quanto a crítica a esses críticos de tal concepção. Uma das críticas mais fortes à concepção clássica é dirigida à idéia de unidade e necessidade da racionalidade, substituindo-a pela idéia de uma pluralidade de racionalidades contextuais e muitas vezes incomensuráveis. Vários autores (Davidson, Dennett e outros) criticaram tal pluralidade, contextualidade e incomensurabilidade desde o ponto de vista da relação entre racionalidade e intencionalidade, pois inviabilizariam traduções e interpretações das ações de indivíduos de outras culturas. Tais críticas, por sua vez, receberam as devidas réplicas provenientes das áreas de Filosofia e História da Ciência. Todavia, receberam também críticas calcadas na falta de clareza daquilo em que consiste a racionalidade enquanto associada à intencionalidade, dando lugar a um terreno próprio de indagações. Charles Taylor vai buscar uma racionalidade "mínima" no respeito à consistência ou coerência lógica. Todavia, dado que a coerência lógica não parece ser condição suficiente para a racionalidade, uma vez que um discurso poderia qualificar-se, ao mesmo tempo, como coerente e irracional, haveria que distinguir entre duas faces da racionalidade: uma formal e uma, mais rica, substantiva. Mas, em que consistiria essa maior riqueza ou distinção? Segundo Elster, se encontraria na relação que as crenças substantivamente racionais teriam com a noção de "juízo". Mas isso, como bem o ressalta Nudler, leva-nos de novo ao vínculo entre racionalidade e fundamentação objetiva das crenças, retornando às tematizações do horizonte da racionalidade "clássica". Ou evitaríamos esse retorno buscando uma "naturalização" da razão? A questão da racionalidade, como diz Nudler, continua "ativa".

No quadro ora traçado, a questão da **racionalidade científica** desponta como outro dos seus grandes eixos. Dele trata a secção VI, partindo de um artigo de Víctor Rodríguez (Sobre a suposta racionalidade das regras heurísticas), em que o autor trata de uma das questões mais relevantes nesse cenário, a da racionalidade das regras heurísticas. Busca relacionar um elenco de noções de modo a prover uma caracterização satisfatória do conceito de heurística, a seguir examinando os limites contextuais de certas aplicações desse conceito e dos modos de justificação a ele associados. Dessa maneira, atinge igualmente um nervo central à racionalidade clássica, que é o seu justificacionalismo. Outro tópico ineludível nesse panorama é a questão da indução. Manuel Comesaña (Racionalidade prática e indução: a proposta neopopperiana) examina a proposta de John Watkins para enfrentar o "problema

pragmático da indução” e tenta mostrar como Watkins não foi bem sucedido em suas diversas tentativas. Ainda na esfera de crítica ao enfoque popperiano, Ricardo Gómez (Limites e desventuras da racionalidade crítica neoliberal) analisa a concepção de racionalidade científica que atribui a Popper-Hayek, caracterizando-a como instrumental e ahistórica, conducente a resultados especialmente desvantajosos no caso das ciências sociais, especificando o “método crítico” em termos da trilogia lógica situacional-tecnologia social fragmentária- engenharia social e tomando a economia marginalista como modelo de método para as ciências sociais. Ao final dessa secção, o trabalho de Eduardo Flichman analisa duas posturas-chave para o exame contemporâneo da racionalidade científica: as posturas de Kuhn e de Prigogine. Apesar de muitas vezes supostas como conflitantes, Flichman sustenta que as suas divergências são periféricas (linguagem, tom retórico, auto-promoção), não comprometendo a similaridade de suas concepções de racionalidade, que também seriam bastante “clássicas”.

O último eixo que cabe destacar é o da **racionalidade sob padrões de argumentação e níveis de reflexão específicos** – como o da **metaética, teorias políticas e práxis histórica**. Esse eixo recebe exploração própria nas secções VII e VIII. A secção VII compreende dois artigos, de Eduardo Rabossi (Racionalidade dialógica. Falácias e retórica filosófica. O caso da chamada “falácia naturalista”) e de Osvaldo Guariglia (A universalidade monológica: R. M. Hare). Rabossi avalia uma técnica de argumentação filosófica muito difundida que consiste em considerar certos argumentos como falácias e, assim, desacreditá-los. Em especial, analisa a chamada “falácia naturalista” e, através do exame dos mecanismos a ela subjacentes e de exemplos de sua utilização, mostra que não se trata de uma verdadeira falácia. O apelo à “falácia naturalista” constituir-se-ia, antes, num recurso retórico. Guariglia examina algumas propriedades formais e lógicas dos juízos morais, e a condição prescritiva e de universalidade que Hare atribui aos termos da linguagem moral. Passa então a examinar criticamente duas teses que seguem dessa condição: o requisito de transferências interpessoais para a universalidade e o critério utilitarista para balançar os interesses e as preferências em conflito encontrados nos imperativos singulares logicamente implicados pela proposição prescritiva universal.

A secção VIII, com a qual se encerra essa excelente coletânea de textos, traz dois trabalhos que discutem a questão da racionalidade desde o ponto de vista de sua aplicação à práxis política e histórica, enquanto relacionada a teorias desses campos. Ambrosio Velasco Gómez (Racionalidade das teorias políticas) analisa diferentes posturas a respeito da natureza das teorias políticas e da racionalidade de seu desenvolvimento histórico, argumentando, por fim, a favor da proposta

de MacIntyre, embora lhe faça algumas ressalvas desde um enfoque hermenêutico. María Inés Mudrovic (*Racionalidade e poiesis: os limites da praxis histórica*) fecha o volume, trazendo a dimensão da racionalidade a um dos planos que tem se revelado mais férteis para a sua discussão: o de sua relação com a imaginação. Tem sido controversa a aproximação recentemente feita entre o texto histórico e o texto literário. Desde um enfoque tradicional, essa aproximação afigura-se como uma ameaça à ciência histórica, concebida como uma investigação racional dos fatos. Assim concebida, a história deve traçar uma nítida linha divisória entre fato e ficção. A autora critica esse enfoque, argumentando que a racionalidade metodológica não obriga a supor uma racionalidade ontológica e que a coerência do discurso histórico, enquanto um construto, é produto da imaginação. Com o desafio desse pensar, renovamos o convite à leitura desse livro, que se torna obrigatória para aqueles que pretendem se adentrar nas discussões contemporâneas acerca da racionalidade, de seu poder e limites.

(Anna Carolina K. P. Regner)